

desconto a carentes

As escolas particulares de 1º e 2º Graus situadas no estado serão obrigadas a destinar 10 por cento de suas vagas a menores carentes, cuja renda familiar seja inferior a três salários mínimos. Eles terão desconto de 50% na matrícula e nas mensalidades. A destinação das vagas está prevista na lei 1.964, promulgada pela Assembléia Legislativa e publicada ontem no Diário Oficial. A lei entrou em vigor ontem, mas o governo tem 60 dias para regulamentá-la. Seu autor é o deputado José Claudio de Oliveira Martins (PSD), com reduto eleitoral em Campos.

— Muitos menores carentes, quando matriculados nas escolas particulares, são obrigados a abandonar os estudos por falta de condições para pagar as mensalidades. Quando abandonam, jamais encontram vaga na rede pública — afirma o parlamentar.

Os responsáveis pelos menores carentes terão que compro-

var sua situação econômica através de contra-cheques ou carteiras profissionais. As escolas particulares deverão informar à Secretaria de Educação, no início de cada ano letivo, o total de vagas existentes no estabelecimento, descontando o percentual estabelecido pela lei; os dependentes dos professores e funcionários beneficiados pelos dissídios e acordos coletivos da categoria.

Caberá ainda aos estabelecimentos informar à Secretaria a relação dos menores beneficiados. De acordo com o artigo 4º, as escolas infratoras pagarão multa de 100 Uferjs (Cr\$ 3.387.100,00) e, em caso de reincidência, o dobro. A lei foi promulgada pelo presidente da Assembléia, José Nader, já que resultara de projeto aprovado no final do ano passado, não sancionado e nem vetado pelo governador no prazo estabelecido pela Constituição.

Liminar garante salário de professores

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) conseguiu ontem uma liminar na Justiça determinando que a secretaria Municipal de Educação, Mariléa da Cruz, se abstinha de suspender o pagamento dos professores, em greve desde a segunda-feira da semana passada. Em assembléia realizada no fim da tarde de ontem, no anfiteatro da Uerj, os profissionais de ensino resolveram manter a paralisação, marcando uma nova assembléia para a próxima quarta-feira. Na terça-feira, às 15h, também na Uerj, os professores da rede estadual se reunirão para decidir se vão aderir ou não ao movimento dos profissionais da rede municipal.

A comissão de negociação do Sepe volta a se reunir hoje, às 10h, com o secretário municipal de Administração, Augusto Werneck, tentando uma negociação paralela quanto à reposição sala-

rial pretendida pela categoria. Na primeira reunião, realizada na tarde de ontem, o secretário reiterou a posição da Prefeitura de só negociar quando terminar a paralisação. O único avanço foi obtido com relação aos aposentados: a partir de agora, o critério para acesso à pirâmide — o quadro que classifica os funcionários por níveis — do novo plano de carreira será a idade.

O departamento jurídico do Sepe entrou com uma medida cautelar na 9ª Vara de Fazenda Pública, obtendo do juiz Maurício Gonçalves de Oliveira a liminar contra a suspensão do pagamento. O documento vale para a próxima folha dos professores, que deverá ser paga a partir do dia 5 de março. Os professores estão reivindicando um reajuste do piso de Cr\$ 182 mil para Cr\$ 387 mil, referente a 1º de janeiro.